

## **A Teoria Social Contemporânea e a Emergência da “Sociologia da Infância” na 2ª Modernidade: alguns aspectos teórico-políticos.**

Rita de Cássia Marchi\*

### **Introdução:**

Este ensaio divide-se em duas partes: a primeira discute a recente emergência da Sociologia da Infância em suas relações com a Sociologia Geral (teoria sociológica) e as trilhas teórico-metodológicas utilizadas pelos sociólogos da infância na busca de compreensão do seu objeto; a segunda parte discute a infância como uma questão essencialmente política embora não seja tratada como tal pela teoria sociológica dominante e, mais particularmente, pela própria Sociologia Política.

Alguns dos principais atuais sociólogos da infância defendem a utilização da **teoria da estruturação** na compreensão da infância/criança sob as condições da 2ª Modernidade. Assim, os principais elementos desta teoria tais como os define Giddens (1986), ação/agência/estrutura social, dupla hermenêutica, reflexividade, dualidade da estrutura e monitoração reflexiva, entre outros conceitos, são vistos aqui como de grande utilidade para estes teóricos. A noção de “dualidade da estrutura” tem particular importância para os pesquisadores que visam ultrapassar o dualismo micro/macro teórico que o interacionismo simbólico (corrente também amplamente utilizada pelos pesquisadores da infância) tende a reforçar (Pinto, 1997)<sup>1</sup>.

A despeito do não reconhecimento da infância como uma questão de ordem política, os atuais sociólogos da infância têm assinalado para o caráter político da construção social da infância em diversos níveis. Assim, as noções de infância/criança serão aqui associadas ao problema da ordem social através das teorias da socialização

---

\* Doutoranda em Sociologia Política. Este artigo é parte de tese a ser defendida em março/2007 sob a orientação das profs. Dras. Luzinete Simões Minella (PPGSP/UFSC) e Regine Sirota (DSHS/Paris V).

<sup>1</sup> Ver críticas ao interacionismo simbólico em Giddens (1986; especialmente capítulo I)

(Jenks,2002; Pinto, 1997), à política dos direitos humanos e seus paradoxos (Qvortrup,1999; Sarmiento e Pinto,1997 ) e à categoria de gênero enquanto categoria de análise análoga à da infância como categoria conceitualmente autônoma (Jenks, 2002; Pinto,1997). Ainda, utilizando-me da análise de Z. Baumann (2001) sobre o processo de individualização na “modernidade líquida”, tento estabelecer paralelos entre este processo e o da construção social da infância.

A idéia da construção de uma sociologia da infância surgiu já nos anos 30 do século XX com Marcel Mauss que exortava a comunidade científica a erigi-la. No entanto, a infância como objeto sociológico sofre um processo de “apagamento” ou marginalização que a levou a ser ignorada, em sua autonomia conceitual, pelos pesquisadores até muito recentemente (Sirota,2001; Montandon,2001). É somente a partir de fins dos anos 80 que cientistas sociais europeus e norte-americanos acatam a idéia da infância como uma etapa da vida que possui uma importante dimensão de construção social. Isto significa desconstruir o paradigma tradicional da infância como uma fase da vida natural e universal e as crianças como entidades bio-psicológicas, objetos passivos de socialização numa ordem social adulta ( Montadon,2001; Sirota,2001, Ferreira,2002a, 2002b).

A noção de ator social agora atribuída às crianças e onipresente nos atuais estudos dos autodenominados “sociólogos da infância” ressurge na esteira do retorno das tradições interpretativas do pensamento social ao primeiro plano da cena teórica de onde estiveram ausentes enquanto durou o “consenso ortodoxo” tal como o define Giddens(1986). Neste sentido, a decidida entrada da infância/criança na atual agenda da opinião e política pública está, para os sociólogos da infância (Sarmiento e Pinto,1997) diretamente relacionada às novas circunstâncias e condições de vida das crianças em todo o mundo, resultado das profundas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais surgidas no bojo da 2ª Modernidade tal como a definem Giddens (1991,2002) e Baumann (2001).

Pouco tempo depois do considerado surgimento ou invenção da infância já discute-se o seu suposto ‘desaparecimento’ (Postmann, 1999).A isto os pesquisadores têm denominado a “crise social da infância” (Sarmiento,2002;2004; Buckingham,2002)

que emerge a partir das transformações acima mencionadas e que serão brevemente tratadas neste ensaio.

## I

A idéia que parece vigorar com força em finais do século XX e início do XXI entre os diversos pensadores que refletem sobre a infância é a de que esta é uma “construção social”. Neste sentido, a idéia da diversidade da infância está bem explicitada quando se afirma que são “*tantas infâncias quantas forem idéias, práticas, discursos, que em torno dela e sobre ela se organizem*” (Lajolo, 1997:227)

A epistemologia construtivista é a que permite pensar a criança/infância como construção social contraposta à epistemologia realista que a entende como tendo uma essência ou realidade finita, única e identificável. Assim, para Ferreira (2002a), aquilo que se designa como “realidade” social é um produto da consciência produzido por um determinado olhar e interpretação de indivíduos social e culturalmente localizados, sendo, desta forma, uma parcial definição de “múltiplas realidades” (no sentido de Schutz). No entanto, esta é comumente tida como a única, óbvia e legítima. Assim, pode-se dizer “a” infância não existe como realidade finita, com forma única e identificável. Antes, pode-se falar de uma pluralidade de concepções de infância que necessitam ser investigadas em seus processos de construção/reconstrução. Trata-se aqui, como assinala Ferreira (2002b) de “desconstruir o paradigma tradicional da infância” onde esta é entendida como uma fase “natural e universal” da vida e as crianças como objetos passivos de socialização numa ordem social adulta. É em oposição a essa concepção da Infância como objeto passivo de uma socialização regida por instituições que vão se erguer os primeiros pilares da Sociologia da Infância (Sirota, 2001). É a releitura crítica do conceito de socialização no quadro estrutural-funcionalista que leva, não só a considerar a criança como um ator social, mas, principalmente, a despir de “naturalidade” e “desinteresse” a visão moderna de infância (Pinto, 1997).

A noção de ator social estendida atualmente também às crianças, foi subestimada durante muito tempo na Sociologia de viés funcional-estruturalista, mesmo

em relação ao papel dos indivíduos adultos. Pois, como afirma Giddens (1986), a sociologia do “consenso ortodoxo” tratava os indivíduos sociais como muito menos cognoscitivos do que eles realmente são. Para esta sociologia o comportamento humano é resultado de forças sociais que os sujeitos não compreendem nem controlam. Desta forma, sendo o estatuto de ator ou agente social negado mesmo aos adultos, não é de surpreender que o fosse muito menos atribuído aos menores de idade. No entanto, a partir da década de 70, as “brechas” que se abrem neste terreno comum da Sociologia apontam para o que Touraine denominou de o “retorno do ator” (Nogueira,1995). Neste movimento, as tradições interpretativas no pensamento social (parcialmente em conjunto com a fenomenologia) voltaram ao primeiro plano (Giddens,1986). Aqui a Sociologia vai reviver as influências de escolas que “corriam por fora” do *mainstream* sociológico pré-anos 70: o interacionismo simbólico, a fenomenologia social, a tradição hermenêutica e a teoria crítica, que, ao lado de escolas sociológicas recém surgidas, como a etnometodologia, vão fornecer o novo quadro teórico-metodológico do pensamento social. Neste novo quadro que se segue à “desordem teórica” deixada pelo recuo do consenso ortodoxo, Giddens encontra grandes temas comuns em meio às “vozes teóricas rivais” , sendo que interessa destacar aqui que estas escolas vão enfatizar o caráter ativo, reflexivo, da conduta humana. (Giddens,1986:XIII).

Isto não significa, no entanto, que a “Sociologia da Infância” nasce imediatamente desta reviravolta teórica. Penso que ela não emerge automaticamente junto com o ator na sua volta à cena. Esta, me parece, foi uma causa eficiente - que proporcionou condições ao surgimento desta sociologia - mas não a causa suficiente. Para Sarmiento e Pinto (1997), sabendo-se que crianças sempre existiram e que a infância como construção social existe desde os séculos XVII e XVIII, nada pode explicar a atenção recente que as crianças e a infância tem recebido em todo o mundo com a sua decidida entrada na agenda da opinião e política pública e dos sistemas periciais produtores de conhecimento social, a não ser o fato dos tempos atuais introduzirem novas circunstâncias e condições às suas vidas. Na verdade, foram muitas as causas que possibilitaram a emergência de uma Sociologia da Infância e estas serão em parte trabalhadas neste ensaio.

Diversos autores em fins do século XX dedicaram-se a discutir as mudanças ou transformações que supostamente levariam à passagem de uma sociedade moderna industrial a uma sociedade pós-moderna ou pós-industrial. Trabalharei aqui com as posições expressadas por Giddens (1991,2002) e Baumann (2001) a este respeito. Para estes autores, a sociedade moderna transformou-se profundamente, mas não a ponto de tornar-se outra, ou pós-alguma coisa (pós-moderna, pós-industrial)<sup>2</sup>. Para Baumann, a sociedade moderna apenas mostra uma outra face, ou seja, ela ainda é moderna, mas de um modo diferente; para Giddens, as transformações que estamos vivenciando atualmente são as “consequências da modernidade” em sua fase tardia<sup>3</sup>. De qualquer modo, parece haver consenso entre os diversos autores que tratam o tema, de que desde os anos 70, mudanças e transformações muito profundas vêm ocorrendo nas práticas culturais, sócio-políticas e econômicas e que estas mudanças estão diretamente ligadas à emergência de novas maneiras dominantes de experimentarmos o tempo e o espaço. Seguiremos por ora com as colocações de Giddens acerca das consequências da modernidade. Para este autor, certas discontinuidades que separam as instituições da sociedade moderna das sociedades tradicionais devem ser ressaltadas em uma análise institucional da primeira. Destaco aqui a natureza extremamente dinâmica da modernidade (ritmo de mudanças extremo e sem precedente histórico) e o seu longo alcance (as transformações atingem toda a superfície do planeta – alcance global)<sup>4</sup>. O que importa salientar para efeitos deste ensaio é que a natureza dinâmica e o alcance global

---

<sup>2</sup> Harvey (1992) também expressa ponto de vista semelhante: para este autor, as transformações, quando colocadas frente às regras básicas da acumulação capitalista, perdem vigor e estranheza porque elas não são mais que “transformações da aparência superficial” da sociedade capitalista, ou seja, mudanças que não mexem substancialmente na forma ou formas como esta sociedade se produz e reproduz desde o seu surgimento na modernidade.

<sup>3</sup> Para Baumann (2001) o que faz a sociedade contemporânea tão “moderna” quanto há cem anos atrás é uma sua característica intrínseca (aquilo do qual ela não pode se desfazer e que talvez seja seu único ponto “fixo”) e que a distingue de todas as épocas históricas anteriores: o irrefreável e sempre incompleto processo de modernização e o igualmente constante processo de individualização/. A modernidade versus sua (suposta) superação é uma questão “de fundo” incontornável a toda esta problemática, mas que, por si só, exigiria uma discussão à parte e a tomada de posição no que alguns denominam uma “querela ideológica” (Moraes,2002; Wood,1998).

<sup>4</sup> A característica do alcance global das transformações tem a ver com o chamado “lado sombrio” ou “dual” da Modernidade, especificamente a questão da degradação ambiental, o totalitarismo e o desenvolvimento da “indústria da guerra”. Entendo que Giddens poderia acrescentar aqui a questão das transformações do mundo do trabalho através da “mundialização do mercado” e da “flexibilização” do trabalho que acarretam consequências drásticas para milhões de pessoas no mundo inteiro com o desemprego estrutural e o desprotecionismo (ou precarização) trabalhista.

das instituições modernas derivam, entre outras, da ordenação/reordenação reflexiva das relações sociais diante do conhecimento que afeta as ações dos indivíduos e grupos. Esta noção de reflexividade ou “dupla hermenêutica” ao lado das idéias de “dualidade da estrutura” e “monitoração reflexiva”, serão de particular importância para os teóricos da Sociologia da Infância como veremos adiante.

Um entendimento mais ou menos consensual entre os sociólogos da infância se dá acerca do “conjunto complexo e associado de rupturas sociais” característico da chamada 2ª Modernidade no que este vai ser causa e condição dos atuais processos de “reinstucionalização” da Infância como define Sarmiento (2004) e a partir dos quais pode-se afirmar que o lugar social designado às crianças já não é o mesmo de antes<sup>5</sup>. Assim, estes processos põem em causa representações e imagens das crianças dominantes nos últimos 200 anos. Para este autor, “ *O processo de reinstucionalização da infância exprime-se e revela-se nos planos estrutural e simbólico (...) estas mudanças que conjugam a plena expansão dos fatores modernos de institucionalização da infância [a criação da escola, o centramento da família no cuidado dos filhos, a produção de disciplinas e saberes periciais – administração simbólica da infância - e a presença do Estado na criação de leis protecionistas] com a crise das instâncias de legitimação e com as narrativas que a justificam, têm sérias implicações no estatuto social da infância e nos modos, diversos e plurais, das condições atuais de vida das crianças.*” (Sarmiento,2004:07). A partir deste entendimento mais ou menos consensual entre os estudiosos, da infância/criança como objetos em constante transformação (ou em constante revolução), é que estes vão apontar a contribuição da **teoria da estruturação** para o estudo sociológico da infância (Pinto, 1997). O primeiro ponto a salientar é que o estudo das crianças na perspectiva da Sociologia da Infância ultrapassa os tradicionais limites da investigação confinada aos campos médico, da psicologia do desenvolvimento ou da pedagogia, para considerar a infância como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a **ação** e a **estrutura social**. (Sarmiento e Pinto,1997). Isto quer dizer que a interpretação das culturas infantis não pode ser realizada no “vazio social”, necessitando apoiar-se na análise das condições sociais em que a crianças vivem,

---

<sup>5</sup> Estes processos de “ruptura” são amplamente trabalhados pelos sociólogos que refletem sobre a chamada sociedade global, assim, não consideramos necessário elencá-los. Ver Giddens (1991,2001), Baumann (2001), Harvey (1992), entre outros.

interagem e dão sentido ao que fazem, podendo-se assim, compreender os seus modos diversos de agir socialmente. Assim, é *“indispensável considerar na investigação da infância como categoria social, a multivariabilidade sincrônica dos níveis e fatores que colocam cada criança numa posição específica da estrutura social. Em simultâneo, é necessário considerar os fatores dinâmicos que possibilitam que cada criança na interação com os outros produza e reproduza continuamente esta estrutura.”* (Sarmiento e Pinto,1997:02). Desta forma, apontam os autores, está trabalhando-se não com uma perspectiva que alude à natureza individual de cada criança, através da inteligibilidade dos seus mundos de vida, mas considerando-a no *“quadro relacional múltiplo e dinâmico que constitui o plano da estrutura e da ação social.”* (idem)

Sumariando as bases em que se poderá assentar uma nova sociologia da infância, Prout e James (1991 apud Pinto,1997) põem em evidência o modo como as ciências humanas e sociais têm contribuído para a construção das representações, atitudes e práticas sociais relacionadas com a infância quando apontam que o envolvimento na construção de um novo paradigma da infância é também, à luz da **dupla hermenêutica** das ciências sociais, o envolvimento no processo de reconstrução da infância na sociedade!

Para Giddens, a dupla hermenêutica, que é um “modelo de reflexividade” presente nas Ciências Sociais, diz respeito às recíprocas relações entre os cientistas sociais e os agentes humanos que são seu objeto de estudo, no processo de construção do conhecimento. Aqui o sentido é o de que *“as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informações renovadas sobre estas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente seu caráter”*. (Giddens, 1986:45). As Ciências Sociais operam no quadro de uma dupla hermenêutica no sentido de que, para a produção de conhecimento se torna necessário o recurso aos conceitos de senso comum para dar conta dos processos sociais, enquanto que, por seu lado, os atores sociais se apropriam dos conceitos e formulações dos cientistas introduzindo-as nas suas ações que serão novamente analisadas pelos cientistas sociais (Pinto,1997) e assim por diante, num ciclo contínuo. Desta forma, o conhecimento social *“espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto a este universo quanto a si mesmo como uma parte integrante deste processo”* (Giddens, idem:24)

Portanto, se entendemos a infância e a criança como construções sociais, elas são constituídas também pelo conhecimento que se tem delas através das diversas ciências (com o conhecimento reflexivamente aplicado); por outro lado, como nunca se pode estar seguro de que este conhecimento não será revisado ou substituído por outro, o caráter da reflexividade ou (re)construção à luz do conhecimento sempre renovado é constante. De acordo com Giddens (1991), a Sociologia tem a posição de “pivô” na reflexividade da Modernidade. E isto se deve ao fato da reentrada “subversiva” do discurso científico social nos contextos que analisa. Portanto, têm razão os autores que apontam o envolvimento dos cientistas sociais na construção daquilo que a infância foi, é e será no contexto social.

Acredito que o observado nos núcleos de pesquisa sobre infância e na disciplina sobre perspectivas sociológicas da infância da qual participei no Centro de Educação da UFSC pode servir de exemplo. Em primeiro lugar, esclareço que busquei interlocutores sobre a temática da infância na Educação porque a sociologia na UFSC ainda não “despertou” para a infância como objeto de estudo autônomo (de resto, toda a sociologia brasileira ainda não o fez, como pode ser observado pela bibliografia amplamente estrangeira a que tivemos acesso na disciplina mencionada). No entanto, não devemos esquecer que a própria sociologia européia acordou para a temática há cerca de apenas 20 anos, considerando-se, naturalmente, o quadro interpretativo da “Sociologia da Infância”<sup>6</sup>. Mas, nas discussões em que participei, percebi como pesquisadores da infância (professores e alunos) vão, ao mesmo tempo que, “descobrimo” e “assimilando” a nova abordagem, imediatamente abandonando certos paradigmas e conceitos com os quais vinham trabalhando há muito, em sua área. O conceito de socialização é um grande

---

<sup>6</sup> Como já dito acima, a infância/criança nunca foram estudadas com autonomia conceitual nas ciências sociais. Elas eram sempre consideradas a partir das instituições que as acolhiam (família, escola, Estado) e, neste sentido o estatuto de ator social cognoscitivo sempre foi negado à criança em todas as áreas científicas que mais dela se ocuparam: pediatria, pedagogia, psicologia do desenvolvimento e mesmo a sociologia da educação. Da mesma forma, a Sociologia e a Antropologia sempre trataram da infância e da criança através das instituições sociais que lhe diziam respeito. Há pouquíssimos exemplos nas duas áreas, de pesquisadores que tenham se voltado para a infância como um objeto em si. Esta autonomia conceitual, entretanto, de modo algum significa estudar o objeto de forma isolada das relações sociais que o constituem, significa antes, o descentramento do olhar do adulto como condição de percepção das crianças e da inteligibilidade da infância. Assim, impõe-se para a compreensão do objeto a recolha de “sua voz” e “mundos de vida”. Ou seja, a expressão da sua ação e da respectiva monitoração reflexiva tanto entre pares quanto em relação ao mundo adulto. (Qvortrup, 1999; Sarmento e Pinto, 1997; Montandon, 2001; Sirota, 2001)



exemplo deste movimento de deslocamento de um paradigma ao outro, já que a idéia de socialização é central nas ciências da educação – particularmente na Pedagogia. Percebi que, após a “entrada” ou o “contato” com autores da sociologia da infância (ingleses, franceses, escoceses, norte-americanos, etc.) este conceito está sendo banido como elemento ou categoria chave ordenadora de uma certa “explicação” ou compreensão da infância e sua educação, ainda que, paradoxalmente esteja salutarmente presente nas discussões, justamente por conta de seu recente e “obrigatório” afastamento<sup>7</sup>. A severa crítica dos atuais sociólogos da infância ao conceito de socialização deve-se particularmente à ortodoxia da vertente estrutural-funcionalista e será trabalhado mais adiante.

Outro deslocamento teórico que percebo sendo gerado por esta nova onda sociológica é o relacionado às noções de ator e agência social e as dificuldades de se trabalhar com estes conceitos principalmente no que eles pretendem agora abranger também as crianças (desde as frequentadoras dos “jardins de infância” até as mais crescidas). Percebi as dificuldades em se conceber não só a criança como “agindo” socialmente, mas o próprio conceito de ação/agência social no que sua adoção significa não só em termos teórico-epistemológicos, mas também em relação à questão ontológica de fundo que o constitui<sup>8</sup>.

O que quero sugerir é que parte da produção dos pesquisadores da Educação na UFSC (dissertações, tese, relatórios de IC, disciplinas e seminários oferecidos sobre as temáticas infância, escola, educação infantil, etc) está gradualmente sendo informada por

---

<sup>7</sup> Esta foi minha impressão em defesa de dissertação de Mestrado em Educação onde um “choque de paradigmas” fez as partes repensarem suas “certezas teóricas”. Tratava-se do debate em torno da adequação ou não do conceito de “socialização” na educação infantil (0 a 6 anos). Uma socióloga da educação, nacionalmente conhecida, questionou o “desaparecimento” do conceito na pesquisa ali analisada, quando no seu entender, este era central para a compreensão do objeto: fazia-se necessário, portanto, “uma consulta aos clássicos”. Para a mestrandia e sua orientadora, no entanto, o conceito já não respondia às necessidades do “novo olhar” que a sociologia da infância lançava sobre as crianças e sua educação : permanecer com ele seria não dar ouvidos às contundentes críticas realizadas a partir do novo paradigma. O interessante foi que, assim como as pesquisadoras da UFSC, provocadas pela professora, foram prontamente buscar rever os clássicos, a professora foi, por sua vez, buscar informações sobre a “tal sociologia” crítica ao conceito de socialização que ela não imaginava estar sob questionamento teórico..

<sup>8</sup> Em minha Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (Marchi, UFSC,1994) trabalhei com a idéia de “crianças espertas”: crianças que questionam com suas ações e opções de vida na rua (além da maneira diferenciada com que lidam com as instituições que as cercam –família, escola, sistema jurídico) a visão de “passividade” da infância e, no outro extremo, a visão de “desvio e delinquência” que se projeta sobre a infância que não se deixa “formatar” pelas instituições que lhes são próprias.

este novo paradigma da sociologia da infância, o que, futuramente, a acreditarmos em Giddens, refletirá não só na produção do conhecimento acerca da realidade que tomam por objeto, mas constituindo esta própria realidade.

Para Pinto(1997) há ainda um outro aspecto da teoria da estruturação que pode não só constituir uma base útil e adequada na análise do mundo infantil, mas transpor os possíveis limites das abordagens inspiradas pelo interacionismo simbólico. Trata-se da noção de dualidade da estrutura. Na teoria da estruturação, as propriedades estruturais dos sistemas sociais são, ao mesmo tempo, condição e resultado da ação dos agentes. Agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente (um dualismo), antes, formam uma dualidade (Giddens,1986). Assim, considerando-se que as crianças são atores sociais, a abordagem sociológica, para o pesquisador português, não pode se limitar a ter em conta apenas a ação social das crianças *“sem considerar de igual modo quer os condicionamentos do sistema social, quer, em sentido inverso, as implicações do mundo infantil no sistema social”* (Pinto,1997:69), pois tal abordagem estaria condenada a proporcionar uma compreensão deformada da complexidade que constitui o fenômeno infância na sociedade. Ou seja, o autor está alertando aqui para que não se transite de um extremo ao outro: se no conceito funcionalista de socialização, até agora dominante na abordagem sociológica da criança, peca-se pela ênfase unidirecional e pelo acento que se põe na inculcação/transmissão de normas e valores dos adultos sobre as novas gerações e na integração destas na sociedade, por outro lado, a valorização e incorporação na reflexão sociológica de uma orientação centrada na perspectiva das crianças como atores sociais não pode prescindir da integração da dimensão mais ampla do sistema social. Aqui coloca-se uma questão central nas Ciências Sociais que é a oposição entre as visões micro e macro-estrutural. Este dualismo, que Giddens critica e visa transcender na teoria da estruturação, é, segundo ele, *“melhor reconceituado no que se refere ao modo como a interação em contextos de co-presença [típicos da abordagem interacionista] está, estruturalmente implicada em sistemas de ampla distanciação de tempo-espaço. E isto, por sua vez é melhor investigado como um problema da conexão entre a integração social e a integração de sistema.”*(Giddens,1986:XXI) .

Um outro risco possível no processo de construção de uma sociologia da infância, “nomeadamente na perspectiva em que a orientação interacionista a formula e apresenta, seria o da insularização deste domínio sociológico, sem capacidade de interação com a produção sociológica dominante” nem com outras ciências (Pinto,1997:69-70). Neste sentido é que este autor, com o qual me ponho de acordo, afirma que, não só a Sociologia, mas as demais ciências humanas e sociais podem dar importante contribuição ao estudo da dimensão social da infância como é o caso da Antropologia, da História, da Psicologia Social e do Desenvolvimento,entre outras.

## II

Embora a Sociologia, e particularmente a Sociologia Política, ainda não tenha despertado para o estudo da infância/criança como objetos de investigação autônomos, gostaria de sugerir que a construção social da infância e as práticas sociais que dela decorrem são de caráter essencialmente político, ou seja, encarnam centralmente relações de poder e que, em um sentido amplo ou macro-estrutural, estão relacionadas à questão da ordem social.

Diante das modificações da noção de infância no momento da passagem de um tempo social a outro (modernidade - pós-modernidade)<sup>9</sup>, as noções de infância/criança têm sido consideradas pelos sociólogos da infância como instituições ou estruturas sociais mais ou menos alongadas no tempo e no espaço social (Qvortrup,1994; Montandon,2001, Ferreira, 2002 a e b). As crianças (uma geração de crianças) “passam” pela infância, mas esta, assim como a idéia de ‘criança’ permanece na sociedade como a estruturação de uma ‘idade da vida’. Uma geração se vai, outra vem ocupar o seu lugar na sociedade por um determinado período de tempo (o da infância) transformando-se em algum momento em outra geração (a de adultos) quase imediatamente às voltas com o

---

<sup>9</sup> Passagem que entendo aqui não como um tempo sem volta mas, pelo contrário, processos de transformações que oscilam de uma posição afirmativa, ou uma positividade da infância na Modernidade, ao seu contrário, a negatividade ou o “fim da infância”, que aponta para a impossibilidade de sua plena realização na Modernidade Tardia

trato de uma ‘outra’ infância (não mais a própria) e, portanto, imediatamente envolvidos, quer queiram, quer não, com a continuidade ou reprodução deste fenômeno ou fato social: outras infâncias, novas crianças. Afirmo isto mesmo para o caso de adultos que por diversos motivos decidem não ter filhos, não serem professores, etc – pessoas que não assumam, enfim, um papel social que os aproxime mais de crianças ou da infância. Entendo que mesmo o adulto que não queira, evite, não possa ou não consiga ter uma convivência mais próxima de crianças, estará, invariavelmente, na sociedade às voltas em um ou outro momento com aquilo que denominamos uma “criança”. Assim, qualquer que seja o nível do contato de um adulto – e aqui penso mesmo nos ainda muito jovens – com uma criança, este estará, a todo momento, assim como a criança, a reforçar a idéia prévia que tem da infância – e não de qualquer criança em particular; segundo, a (re) criar, a partir da interação particular estabelecida, uma idéia ad hoc sobre a infância ou crianças em particular. Neste sentido, vai estar também modificando ou, reflexivamente, refazendo a idéia inicial do conceito. A criança, naturalmente, estará fazendo o mesmo em relação à idéia que tem de “adulto”, mas também em relação à idéia que ela própria tem da infância (ou do que esta deveria ser, do seu ponto de vista - já que ela, a criança, é quem, empiricamente, mais teria condições para afirmar o quê ou quem é. No entanto, e isto é um ponto político importante, o adulto, por já “ter sido” criança é quem está, socialmente gabaritado, vamos dizer assim, à fazer esta construção (afirmação da identidade do outro). Na verdade, o que resulta deste encontro- o de um adulto com uma criança – sempre é a reconstrução/reafirmação de suas identidades etárias e, portanto, sociais, num sentido mais amplo. Sendo assim, nenhuma interação face a face, por mais fortuita que seja, deixa de reafirmar ao outro qual é a sua condição e, neste sentido muito óbvio, é que podemos falar em construção recíproca da infância/adulthood. Não só os adultos dizem o que a criança é. Esta (além de se auto-afirmar), também afirma aquilo que o adulto é, ou, o que ela acredita que este deveria ser – visto que existe uma relação assimétrica de poder (este o caráter político em uma de suas dimensões – o da interação intergeracional) e, portanto, a idéia que a criança manifesta sobre o mundo é levada sempre menos em conta se seu interlocutor for um “adulto”. Se este for pai ou professor da criança em interação, então, a questão do poder de afirmação da identidade do outro

fica ainda mais evidente, embora, nunca, em nenhum momento, seja unilateral. A afirmação identitária é sempre recíproca e só assim ela se produz/reproduz na sociedade.

Entre outras questões de cunho político, uma questão levantada pelos sociólogos da infância é a das contradições ou paradoxos entre o discurso social e político sobre a infância e as práticas sociais relacionadas com as crianças. Apesar da valorização da infância ser um dado adquirido, ou talvez por isto mesmo, tais paradoxos se estabelecem e necessitam ser melhor investigados. Qvortrup (1999), Sarmiento (2004) e Sarmiento e Pinto (1997) relacionam uma série destes paradoxos relativos ao trato da infância e da criança na 2ª Modernidade relacionadas às mudanças verificadas na família e na sociedade a partir de meados do século XX e que vão configurar um quadro social em que a criança aparece como um problema em torno do qual se movimentam “sentimentos ambíguos” e a decisão de as fazer vir ao mundo se torna um ato com profundas implicações na vida individual (sobretudo da mulher) e do casal. Podemos perceber aqui que o constante processo de individualização na sociedade, de que tratam Giddens(2001) e Baumann(2001), tem implicação direta nesta questão. Para estes autores, a individualização consiste em transformar a identidade humana, outrora entendida como um “dado” em uma “tarefa” a cargo e responsabilidade dos próprios indivíduos. Responder pelas consequências (das previstas às indesejadas) da escolha faz parte do jogo da modernidade tardia ou líquida. Assim, “ser” mãe ou pai, ser responsável, enfim, pela educação e desenvolvimento de crianças, torna-se neste período histórico cada vez mais uma escolha cujas conseqüências tendem a se tornar cada vez mais imprevisíveis. Esta imprevisibilidade, no mais, característica predominante da “sociedade de risco”<sup>10</sup> em seus diversos níveis institucionais, torna-se particularmente aguda, no tocante à infância, em relação à, por um lado, o seu aparente desinvestimento social (cada vez têm-se menos crianças nos países desenvolvidos) e, por outro, a crescente consciência pública a respeito dos seus direitos. A aprovação da Convenção dos Direitos das Crianças pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1989, representou, no entender de alguns autores, a consagração internacional de uma visão de criança que é no mínimo controversa (Pinto,1997). A questão é de ordem essencialmente política e seu

---

<sup>10</sup> Para o conceito de “sociedade de risco” ver Beck, Giddens e Lash (1997).

impacto de ordem cultural: trata-se de questionar a possível contradição entre uma maior autonomia da infância e os princípios de sua educação e proteção<sup>11</sup>.

Por outro lado, defenderei aqui (embora não extensivamente, devido os limites deste ensaio) que a distância abissal que separa uma criança em estado de guerra, de fome, de sevícia, de prisão, de trabalho, ou de uma extrema dominação tanto material quanto simbólica em sua autonomia, da possibilidade efetiva de viver uma infância tal qual a entendem, por exemplo, os órgãos internacionais de sua ‘defesa’, é a prática social perversa que aponta para um dos maiores paradoxos com o qual nos deparamos na atualidade em relação à idéia de infância. Neste sentido, utilizarei aqui a compreensão de Baumann (2001) sobre as noções de “indivíduo de jure” e de “indivíduo de fato” mediadas pela noção de “cidadania” para sinalizar a distância que separa a idéia moderna de infância de sua realização na modernidade tardia ou líquida.

O que gostaria de sugerir é que a possibilidade da nunca realização de uma infância plena, tal qual nós, modernamente a definimos cerca de dois séculos atrás, faz apontar para a impossibilidade de sua existência enquanto conceito universalmente realizável. A “infância” não atinge todas as crianças<sup>12</sup>.

Sabe-se que no “mundo moderno” a identidade está estreitamente ligada à noção de auto-realização, mas esta noção pode ser entendida desde a “romântica” descoberta e tentativas de realização de um eu-interior até a “profana” priorização dos objetivos pessoais em detrimento de valores “mais elevados”. Neste último sentido, a identidade toma uma feição extremamente individualista referindo-se à possibilidade de uma escolha da identidade e à responsabilidade exclusivamente individual por esta escolha (Wagner,1996). Entendo que é neste último sentido que Bauman faz suas

---

<sup>11</sup> Esta questão foi particularmente colocada na Europa (mas especificamente, na França) por Alain Renaut em *La Libération des Enfants – contribution philosophique à une histoire de l'enfance* (2002). Para uma discussão sobre esta obra ver, *Le Débat* (set/oct. 2002 / n. 121).

<sup>12</sup> Este certamente não é um tema novo na sociologia brasileira. No “ranking” do IDH ocupamos posição extremamente desvantajosa (e em contradição com nossa posição de “potência mundial” em termos de PIB) cujas conseqüências atingem mais diretamente as gerações jovens. A literatura sobre “infância pobre” ou “crianças sem infância” no Brasil é bastante extensa como demonstram numerosos estudos das décadas de 80 e 90 sobre “desnutrição infantil”, “fracasso escolar”, “meninos de rua”, “trabalho infantil”, etc. Um estudo já “clássico” desta temática em sociologia é “O Massacre dos Inocentes – a criança sem infância no Brasil” de José de Souza Martins. No entanto, minha hipótese é de que estes trabalhos tinham por paradigma a visão da criança passiva vitimada pelas estruturas sociais do capitalismo e a infância sempre vista através dos seus dispositivos institucionais (escola, medicina pediátrica, família, justiça). Aqui, uma epistemologia da criança (Iturra,2002) e a construção de uma sociologia da infância ainda não estavam colocadas. Esta hipótese é desenvolvida em minha tese sobre a literatura da infância pobre no Brasil.

colocações sobre o processo de individualização – que ele vê como uma fatalidade e não uma escolha (talvez esta seja a única coisa que não se possa escolher na “modernidade líquida” - as outras escolhas se dão dentro desta única possibilidade). Como para Bauman a individualização consiste em transformar a identidade humana de um “dado” em uma “tarefa” a cargo e responsabilidade dos próprios indivíduos, responder pelas consequências (das previstas às indesejadas) da escolha faz parte do jogo. Este é o estabelecimento da “autonomia de jure” (e independe da “autonomia de fato” ter sido ou não realmente estabelecida). Para Bauman, o indivíduo nascido deste processo é o pior inimigo do cidadão, já que este tende a ser indiferente ou cético em relação ao bem-comum ou à noção de uma sociedade justa, como pretenderia o cidadão. O indivíduo só espera do poder público que este observe seus direitos (humanos), ou seja, que garanta a todos os indivíduos a possibilidade da segurança de seus corpos e propriedades. Neste sentido é que Bauman aponta o outro lado do processo de individualização como o lento processo de corrosão e desintegração da cidadania.

Gostaria de sugerir que, assim como há uma idealização do indivíduo adulto com plena posse e exercício dos seus direitos e deveres de cidadão, também há uma idealização da criança na plena posse de sua infância. E, assim como não ocorre para todos os indivíduos adultos esta realização plena da cidadania (permanecem indivíduos apenas no plano jurídico) também não há uma universalização do direito de infância a todas as crianças. Infância entendida aqui como aquele período em que à criança estaria assegurado, com absoluta prioridade, todas as oportunidades e facilidades em condições de liberdade e dignidade que lhes facultem o seu pleno desenvolvimento.

Ainda em referência às teses de Baumann, podemos considerar como sintoma da liquefação dos laços sociais sólidos (os laços de família ou os do trabalhador com sua empresa na “modernidade sólida”) a analogia que ele estabelece entre relações conjugais firmemente estabelecidas e as relações entre um empregado e seu empregador para indicar o dismantelamento e a precarização das relações sociais atuais, seja as do casamento, seja as do mundo do trabalho: “.. *o ingrediente crucial da mudança múltipla é a nova mentalidade de **curto prazo** que substituiu a de **longo prazo**. Casamentos **até que a morte nos separe** estão decididamente fora de moda e se tornaram uma raridade: os parceiros não esperam mais viver muito tempo juntos.*” (p169-grifos do autor).

Aqui, num jogo de palavras e metáforas que lhe são caras na exposição de suas idéias, Baumann utiliza a volatilidade das relações conjugais e da família na atualidade, para representar o “casamento” cada vez mais raro e incerto, quanto ao tempo de duração, de um trabalhador com seu trabalho. O que me interessa aqui é argumentar que as profundas mudanças atuantes no quadro da modernidade líquida não podem deixar de mexer ou modificar profundamente também as relações entre pais e filhos ou entre crianças e adultos. Se eu já não houvesse salientado a falta de atenção da Sociologia para com as modificações em torno da infância e da criança, poderia me surpreender que um pensador como Baumann, tão atento para as questões de transformação da sociedade atual, não incluía as relações geracionais, particularmente as que se dão dentro da família, em suas reflexões. Digo isto porque não há nenhuma novidade em um fenômeno que vem já há algum tempo preocupando as nações do primeiro mundo e se trata do fato de os casais estarem cada vez menos dispostos a gerar e educar crianças<sup>13</sup>. Creio que este paradoxo já apontado por Qvortrup (1999) como um dos muitos no que diz respeito à relações entre crianças e adultos na eurolândia, e que é o fato de que, apesar de todo um discurso universal de valorização da criança, os adultos as têm cada vez menos e a sociedade como um todo lhes proporciona menos tempo e espaço. Este paradoxo pode muito bem ser compreendido seguindo-se a linha de raciocínio de Baumann no que diz respeito ao processo de individualização em sua face ligada ao ato compulsivo ou transformado em “vício” da compra. De acordo com Baumann “o código em que nossa ‘política de vida’ está escrito deriva da pragmática do comprar” (p.87) . Assim, descobre-se que “não se compra apenas comida, sapatos, automóveis ou itens de mobiliário” (idem) , “vamos às compras” (ou às escolhas) também, entre outras habilidades, “ (...) *pelos meios de extrair mais satisfação do amor e pelos meios de evitar nossa “dependência” do parceiro amado ou amante, pelos modos de obter o amor do amado e*

---

<sup>13</sup> Só para ficarmos em fato recentemente divulgado pela mídia (25/06/04): preocupados com as baixas taxas de natalidade que podem vir a comprometer ainda mais o já sobrecarregado sistema previdenciário, políticos conservadores alemães exortam os cidadãos a “trabalharem mais na cama” e, em consequência “produzirem” mais crianças. A preocupação dos políticos se dá dentro de um quadro estatístico que aponta para a nação alemã como a que terá em um futuro próximo (2035) a população “mais velha” do planeta. Mas a Alemanha não está sozinha nesta preocupação pois outros países do Norte e do Centro da Europa já estão há muito preocupados com o aumento do número de lares sem crianças e no que isto pode significar tanto em termos de sistema previdenciário quanto, em última instância, da própria reprodução social.



*o modo menos custoso de acabar uma união quando o amor desapareceu e a relação deixou de agradar*” (idem:88). A lista de compras, segundo Baumann, não tem fim. Portanto, eu gostaria de sugerir, a decisão de ter um, nenhum, ou mais filhos, como mais um dos itens desta lista interminável de ‘shopping’.

Afirmo esta possibilidade dentro da linha de raciocínio deste filósofo no que ele incorpora também Giddens em sua análise dos aspectos da mercantilização das parcerias humanas, particularmente a noção de “relação pura” como típica da construção da auto-identidade na modernidade tardia<sup>14</sup>. Neste sentido, para Baumann, o tipo de liberdade que “a sociedade dos viciados em compras” elevou ao posto máximo de valor pode ser traduzido acima de tudo como “*a plenitude da escolha do consumidor e como a capacidade de tratar qualquer decisão na vida como uma escolha de consumidor* (104-grifo meu). Sugiro que a decisão de ter ou não crianças “para criar” pode aí ser incluída. A partir disto, penso que talvez a queda da taxa de natalidade dos países europeus desenvolvidos possa ser entendida dentro dos sintomas que Baumann diagnostica como “enfraquecimento e decomposição dos laços humanos, das comunidades e parcerias”. Eu diria que a criança é um investimento a “longo prazo” num mundo em que o “curto prazo” passa a ser o paradigma nas relações. Ou, como afirma Baumann “*Como os compromissos de hoje são obstáculos para as oportunidades de amanhã, quanto mais leves e superficiais forem, menor o risco de prejuízos. Agora é a palavra chave da estratégia de vida, ao que quer que esta estratégia se aplique e independente do que mais possa sugerir*”.(p.187-grifo do autor) Num mundo inseguro e imprevisível, o viajante “esperto” fará o possível para “viajar leve” e sem nada que lhe atrapalhe os movimentos, incluídas aí as crianças<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Não vou me ater aqui às diferenças de perspectiva entre um certo “otimismo” de Giddens e o “pessimismo” de Baumann em relação às transformações trazidas pela modernidade líquida ou tardia, e sim, me prender às caracterizações mais ou menos consensuais, do meu ponto de vista, que ambos pensadores atribuem à atualidade social. Para um exemplo: ambos os autores discorrem sobre as transformações e a flexibilidade ocorridas no interior da intimidade dos laços humanos, mas Baumann é cético em relação à ver estas transformações (como afirma que Giddens faz) como veículos de emancipação e garantia de uma nova felicidade - uma nova escala sem precedentes de autonomia individual e de liberdade de escolha. (Baumann,2001:105)

<sup>15</sup> Kincheloe (2001) analisa o “advento da infância pós-moderna” através da série “Esqueceram de Mim” (1990/92), filmes onde uma criança é “esquecida” em casa durante uma viagem de férias da família e, a partir disto, tem que se virar sozinha para sobreviver às atribulações quer o “estar por conta própria” lhe acarreta.

Ainda quanto à Baumann e seu diagnóstico da extrema volatilidade das relações, pode-se dizer que uma criança é uma escolha que, mesmo dando “errado”, uma vez feita, não se pode “voltar atrás” (sem sérias conseqüências) como exige a flexibilidade da vida (pós-) moderna. A criança é - como afirma Baumann, numa única referência a elas - uma das poucas “durável conseqüência das parcerias” e, quando elas são uma conseqüência involuntária, então, podemos imaginar o quanto o quadro tende a se tornar ainda mais complexo.

Uma outra evidência do caráter político da questão da infância é trabalhada pelos diversos autores na analogia que estabelecem entre, por exemplo, a “descoberta” do gênero como categoria de análise e as resistências que esta sofreu no meio científico e a promoção da categoria da infância como conceitualmente autônoma. Pinto (1997) citando Alain Touraine e outros sociólogos que compartilham o mesmo ponto de vista, afirma que apesar das especificidades da infância, a reação de alguns setores ao reconhecimento dos direitos da criança tem “paralelos evidentes com o que se passou há 20 anos com as mulheres, há 30 ou 50 anos com os povos colonizados e há cem anos com os trabalhadores, na medida em que todos foram considerados, em determinado momento, deficitários e incapazes.” (1997:54). Neste mesmo sentido, Jenks (2002:189) reconhecendo que, embora as Ciências Sociais tenham dado provas de uma “crítica e sistemática desmistificação” das ideologias dominantes do capitalismo em relação à classe social, do colonialismo em relação à raça e do patriarcado em relação ao gênero, no entanto, até agora, “a ideologia do desenvolvimento tem se mantido relativamente intacta no que diz respeito à infância.” (Não discutirei aqui esta idéia, por falta de tempo/espço, mas deixo-a como “pista” a ser seguida, pelo “parentesco empírico” que as mulheres têm com as crianças)

Além desta, uma última compreensão sobre o fato político do trato com a infância que sempre permeou minhas próprias reflexões sobre o objeto, vem agora a ser radicalmente corroborada pelos sociólogos da infância. Vou me utilizar aqui particularmente das colocações de Jenks (2002) porque este autor vai ultrapassar o caráter mais óbvio da política incrustada na questão dos direitos e da cidadania da criança

amparada por leis internacionais, para situá-la onde eu mesma há tempos vinha acusando sua presença: na própria constituição e manutenção da ordem social (Marchi,1994). Para Jenks, as possibilidades de diferença e divergência contidas na infância constituem uma “ameaça potencialmente desintegradora dos mundos sociológicos” (2002:196). Esta é, portanto, uma questão essencialmente política, pois, se a infância é uma forma de conduta que não pode ser avaliada nem incorporada de forma rotineira na gramática dos sistemas sociais existentes, ela pode surgir “quase como se se tratasse de uma luta entre as novas e as velhas ordens” (idem). Dito de outra maneira, a criança, numa condição não socializada<sup>16</sup>, é um ser manifestamente profano que ameaça fazer colapsar os mundos sociais. No campo teórico, afirma o autor, essa ameaça só pode ser mitigada pelo tratamento da criança através de um arquétipo de proto-adulto. Aqui, torna-se necessário remover a prática social da criança, e é esta a tarefa que a teoria da socialização vai efetivamente realizar.

Por isto, em seu artigo sobre a constituição da criança na sociedade moderna, Jenks faz uma análise e severa crítica ao que ele chama de “teorias reparadoras da socialização” (aqui o paradigma é a teoria parsoniana dos sistemas) que “enlaçam” ou incorporam a infância dentro de seus parâmetros a partir do seu entendimento como categoria residual e como factualidade dos sistemas sociais de sucesso. Assim, o autor vai analisar as razões e bases políticas geradoras da existência e da imagem arquetípicas da criança na sociedade. Neste sentido, alerta para o fato de que os processos educacionais deveriam ser uma área de fundamental interesse sociológico. No mais, é importante frisar, tanto Durkheim, que fundou a sociologia da educação e Parsons que (re) elaborou as teorias da socialização, deram-se conta deste ponto estratégico na construção e manutenção da ordem social, mas aqui percebo que o autor aponta para o outro lado da moeda: como a análise crítica da visão funcionalista da educação vai revelar, entre outras, a “violência teórica” cometida contra a criança ao tentar converter seus mundos de conteúdos em mundos de forma através do conceito de socialização. Aqui, a meta parsoniana faz da sociologia uma ciência moral cujo objetivo está centrado na produção de uma cidadania dócil. (O’Neill, 1994 apud Jenks,2002).

---

<sup>16</sup> Criança “de rua”, fora da escola, “anti-social”,etc

Vemos, portanto, que “a socialização não é tarefa de pouca monta.” Enquanto conceito, ela cobre a enorme constelação de processos e quesitos que envolvem a “construção pessoal” (Jenks, idem). Referindo-se, em sua análise, particularmente ao programa educacional desenvolvido no Reino Unido nos últimos 30 anos, Jenks chega à conclusão que no âmbito da teoria da aprendizagem a criança é sistematicamente desumanizada e excluída tal qual na teoria social “criam-se e manipulam-se determinadas versões da racionalidade que promovem a exclusão de alguns grupos” (p.203). Assim, a filosofia da educação que direciona/controla a formação de professores e elege as formas de conhecimento e preceitos morais universais para a condução apropriada da prática educativa, tendem a legitimar e justificar a ordem existente. De acordo com Jenks - e esta é a sua crítica mais radical - *“Esta ideologia elitista, **disfarçada de análise desinteressada**, articula-se bem com o **gerontocentrismo não reflexivo** que caracteriza a teoria da socialização”*. (idem-grifos meus). E ainda: *“Tal como a educação formal, a socialização é um processo violento e doloroso no sentido, **muito político**, de que todas as pessoas são constrangidas a tornar-se determinadas categorias de ser em vez de outras.”* (idem-grifos meus). Dito isto, fica evidente o objetivo do autor em denunciar que a teoria social não é algo meramente descritivo e ,portanto, nunca é “desinteressada”. A construção social da criança tem, como outras construções sociais, determinadas intenções socialmente localizadas: *“Isto significa que a criança é intencionalmente constituída de forma a apoiar e perpetuar as bases fundamentais e as noções de humanidade, ação, ordem, linguagem e racionalidade de teorias particulares. Somos assim confrontados com diferentes crianças ‘teóricas’ que servem os diferentes modelos teóricos de vida social do qual emergem.”* (Jenks,2002:214)

Para concluir, se a socialização não é uma espécie de “programação cultural”(Pinto, 1997) em que, como notou Giddens, a criança absorva passivamente as influências das realidades com que entra em contato, podemos então afirmar, como faz este último autor, que a criança é, desde que nasce, um “ser ativo” deste processo. Disto se pode concluir, junto com os sociólogos da infância, que as crianças têm consciência dos seus sentimentos, idéias, desejos e expectativas e que são capazes de efetivamente expressá-los (haver porém, alguém que os escute e leve em conta, já é outra coisa). Além disto, como salienta Pinto (op.cit.), existem realidades sociais que, somente a partir do

ponto de vista das crianças e dos seus universos específicos podem ser descobertas, apreendidas e analisadas. É neste sentido que o recurso à etnografia tem sido apontada por diversos sociólogos da infância como metodologia particularmente adequada ao imperativo de “dar voz” às crianças fazendo-as participar na produção dos dados sociológicos sobre suas maneiras de ser, sentir, agir e pensar<sup>17</sup>.

### Referencias Bibliograficas:

- BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2001.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. **Modernização Reflexiva - política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UEP.
- DELGADO, Ana Cristina Coll e MULLER, Fernanda.” Dossier: Sociologia da Infância – Pesquisa com Crianças”. **Educação e Sociedade**. vol 26,n.91, Mai/Ago 2005. Campinas:Unicamp.
- FERREIRA, Manuela. “Editorial”. In: **Revista Educação, Sociedade & Culturas**.2002(a).
- FERREIRA, Manuela. **A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos! –as crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um jardim de infância**. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.Universidade do Porto.Portugal,2002(b).
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo:Martins Fontes, 1986.
- GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro:Jorge Zahar,2002.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 11<sup>a</sup>. edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

---

<sup>17</sup> Tomar a criança como informante de suas próprias condições de vida já é hoje “lugar comum” na sociologia da infância, no entanto, as possibilidades e dificuldades de carácter tanto metodológico quanto ético desta crítica ao “adultocentrismo” das técnicas investigativas nas Ciências Sociais ainda são assunto de intenso debate na área. Sobre esta questão ver Delgado e Muller (2005).

- ITURRA, Raul. “A Epistemologia da Infância – ensaio de antropologia da educação”. In: **Revista Educação, Sociedade & Culturas**.2002.
- JENKS, Chris. “Constituindo a Criança”. In: **Revista Educação, Sociedade & Culturas**.2002.
- LAJOLO, Marisa. “Infância de Papel e Tinta”. In: Freitas, Marcos C. (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo. Editora Cortez,1997.
- MONTANDON, Cléopâtre. “Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em Língua Inglesa”. In: **Cadernos de Pesquisa**.n.112. março/2001.(p.33-60)
- MORAES, Maria C M. “Os pós-ismos e outras ‘querelas’ ideológicas”.In: **Perspectiva**. Florianópolis,UFSC/CED,NUP,n.24 (p.45-59)
- NOGUEIRA, Maria A . “Tendências Atuais da Sociologia da Educação”.In: **Leituras & Imagens**. UDESC/FAED,1995.
- PINTO, Manuel e SARMENTO, Manuel J. “As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo”. In: **As Crianças: Contextos e Identidades**. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança,1997.
- PINTO, Manuel. “A Infância como Construção Social”. In: **As Crianças: Contextos e Identidades**. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança,1997.
- POSTMANN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia,1999.
- QVORTRUP, Jens. “Infância na Europa: um novo campo de pesquisa social”. In: Chisolm, L. et al. **Growing up in Europe: Contemporary horizons in Childhood and youth studies**. New York. W de Gruyter. 1995. Tradução Helena Antunes. 1999.
- SARMENTO, Manuel. “Infância , Exclusão Social e Educação como Utopia Realizável”. In: **Revista Educação, Sociedade & Culturas**. 2002.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. “As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª. Modernidade”. In: Sarmento, Manuel e Cerisara, Ana Beatriz (orgs.). **Crianças e Miudos – perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto,Portugal:ASA Editores. 2004.
- SIROTA, Régine. “Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar”. **Cadernos de Pesquisa**. n.112. março, 2001.

KINCHELOE, Joe L. “O Advento da Infância Pós-Moderna”.  
In: STEINBERG Shirley e KINCHELOE Joe L. **Cultura Infantil - A Construção Corporativa da Infância**. Editora Civilização Barsileira, 2001.

WAGNER, Peter. “A Sociologia Política no Contexto Histórico”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.31,jun/1996.

WOOD, Ellen M. “Modernidade, Pós-Modernidade ou Capitalismo”. In: **Capitalism and the Information Age**. New York: Monthly Rewiew Press,1998. Tradução Patrícia Torriglia (1998).